

As organizações, o exército e os motins militares: o caso das tropas portuguesas na Montevideu de Carlos Frederico Lecor¹

Fábio Ferreira²

Resumo: Durante a estada de D. João de Bragança no Brasil, o chefe da Casa Real portuguesa buscou estender seus domínios americanos até o rio da Prata. Assim, o território que atualmente corresponde à República Oriental do Uruguai foi ocupado militarmente pelos portugueses em duas ocasiões: 1811-1812 e 1816-1824. No presente artigo, ater-se-á à segunda ocupação, mais precisamente aos motins que os militares portugueses realizaram, nos anos de 1821 e 1822, em Montevideu, capital da mais nova unidade política da monarquia bragantina: o Estado Cisplatino Oriental. Analisar-se-á, portanto, o exército joanino situado às margens do Prata, fundamental para que o projeto cisplatino lograsse êxito, os motins militares, seus protagonistas e razões para os mencionados levantes, bem como o contexto histórico em que estes ocorreram.

Palavras-chave: Nova História Militar; História do Uruguai; História do Brasil.

Résumé: Dans les temps que le roi D. João de Bragança établit le siège de la monarchie portugaise au Rio de Janeiro, le chef de la maison royale lusitanienne décide d'étendre leurs possessions américaines au Rio de la Plata. Ainsi, le territoire qui correspond actuellement à la République Orientale de l'Uruguay a été occupé militairement par les Portugais en deux occasions: 1811-1812 et 1816-1824. Dans cet article, nous allons travailler jusqu'à la période de la seconde occupation, plus spécifiquement les émeutes que l'armée portugaise fait dans les années 1821 et 1822, à Montevideo. Ensuite, il sera analysé dans cet article l'armée du roi D. João situé dans le Rio de la Plata, essentielle pour le projet de l'expansion portugaise, les mouvements des militaires rebelles, ses protagonistes et les motifs des soulèvements et le contexte historique dans lequel ils se sont produits.

Mots-clés: Nouvelle Histoire militaire; Histoire de l'Uruguay; Histoire du Brésil.

1. Introdução

Primeiramente, entende-se que, dentre os diversos componentes das sociedades, tanto as do tempo presente, quanto as do passado, as organizações têm papel relevante nas suas respectivas formatações sociais e dinâmicas internas e externas. Portanto, há, no tecido social e através do tempo, a participação política, econômica e cultural de organizações com diversos fins, múltiplas composições e origens distintas. Neste

¹ O presente artigo é adaptação do texto “Capítulo para a história das organizações: o exército português e os motins das tropas de D. João VI na Cisplatina (1821-1822)” apresentado no XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC (Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas) realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), nos dias 29, 30 e 31 de julho e 01 de agosto de 2014 e publicado nos seus respectivos anais.

² Pesquisador/Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do GESTOR (Grupo de Estudos das Trajetórias das Organizações), grupo de pesquisa instalado na UFF, devidamente cadastrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Contato: fabiofr@id.uff.br

variado e abrangente quadro encontram-se desde empresas privadas a hospitais públicos, de universidades às forças armadas.³

No que refere-se às que detém legalmente o poder de violência dos Estados, o presente artigo ater-se-á aos exércitos, mais especificamente ao português nos tempos em que D. João de Bragança encontrava-se na América. Para delimitar ainda mais a análise, escolheu-se trabalhar com a parcela dessa organização que proporcionou, no decorrer de 1821 e de 1822, uma gama de motins no Estado Cisplatino Oriental, área que corresponde, na atualidade, à República Oriental do Uruguai.

Diante do exposto, inclusive para o melhor entendimento da atuação dos referidos militares e da organização trabalhada, bem como dos contextos histórico, político e social em que estes estavam inseridos, o próximo tópico é dedicado à presença portuguesa em terras orientais e ao conturbado processo de independência do Vice-Reino do Rio da Prata. O item três é destinado às análises relativas à atuação política dos militares do exército luso em Montevidéu. O quarto às conclusões do presente texto. Por fim, no último item, estão arroladas as fontes utilizadas para a realização do artigo.

2. O Estado Cisplatino Oriental

Com o aprisionamento da família real espanhola em 1808 por Napoleão Bonaparte e o decorrente vazio de poder no mundo hispânico, na capital do Vice-Reino do Rio da Prata, Buenos Aires, iniciou-se o processo de esfacelamento e rompimento da unidade política platina com a Espanha, no episódio conhecido como a Revolução de Maio⁴. Em 1811, na Banda Oriental, fração do citado Vice-Reino que corresponde ao atual Uruguai, José Gervásio Artigas abandonou o exército espanhol e aderiu aos insurgentes buenaireses, passando a ser o responsável pela insurreição em terras orientais.⁵

³ KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril; WEHRICH, Heinz. *Administração: fundamentos da teoria e da ciência*. São Paulo: Pioneira, 1986; LODI, João Bosco. *História da Administração*. São Paulo: Pioneira, 1984. LOPES, Sérgio. Organizações e Sociedade. *Análise Social*, Lisboa, v. VIII, nº 32, p. 618-645, set. 1970.

⁴ Cf. FERREIRA, Fábio. As revoluções de Maio e Liberal do Porto no Estado Cisplatino Oriental. In: *Revista Tema Livre*, ed.13, abril 2008. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com> Acesso em 15 jul 2014.

⁵ Cf. BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Bases económicas de la revolución artiguista*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007; FREGA, Ana. *Pueblos y Soberanía en la revolución artiguista: la región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

A partir daí, os domínios de Castela no Prata imergiram em uma profunda e prolongada crise política e econômica, além de árdua guerra civil, adversidades que atingiram, por décadas, diversos setores das sociedades que compunham a América Espanhola. Houve, então, uma multiplicidade de vidas ceifadas, destruição de importantes componentes do setor produtivo, conflitos fronteiriços, dentre outros infortúnios em solo hispânico.

No belicoso contexto da década de 1810, no que refere-se à porção lusa nas Américas, as questões concernentes às fronteiras com o antigo Vice-Reino platino desagradavam à corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro. Mais especificamente, Artigas tinha pretensões de ocupar partes do território brasileiro e aceitava na área sob sua jurisdição escravos do Brasil que para lá fugiam, a atingir, portanto, o escravagismo do Rio Grande de São Pedro.⁶

No que refere-se a Artigas, importante ator político para entender-se uma gama de questões relativas ao desenlace dos acontecimentos históricos de parte do século XIX na bacia do Prata, este personagem tornou-se, ao longo dos conflitos platinos, figura que desagradava tanto ao governo de Buenos Aires, quanto ao do Rio de Janeiro, relevantes centros político-econômicos de então e que possuíam destacados papéis na definição da geopolítica na região meridional da América do Sul. Frente a este quadro em que nas duas capitais anelava-se aniquilar a força política que não alinhava-se aos governos portenho e fluminense, D. João iniciava os preparativos militares para a conquista da margem esquerda do Prata, advento que lançou a Banda Oriental à órbita lusa, e que, consequentemente, resultou na retirada de Artigas do cenário político da época.

Para liderar os portugueses na ocupação de Montevideu e da campanha oriental foi designado o general Carlos Frederico Lecor, nascido no reino de Portugal e veterano das guerras napoleônicas. Os militares que compunham a missão, que contou com cerca de 12.000 homens, eram de aproximadamente 4.000 europeus, denominados Voluntários do Príncipe⁷, e de indivíduos oriundos do reino do Brasil⁸, que somavam 8.000 almas.⁹

⁶ Cf. PETIZ, Silmei de Sant'Ana. As Fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira. In: *Revista Tema Livre*, ed.12, 25 abril 2007. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com> Acesso em 15 jul 2014.

⁷ Posteriormente, após o falecimento da rainha de Portugal, D. Maria I, em 1816, no Rio de Janeiro, e a consequente assunção de seu filho ao trono português, o príncipe regente D. João (a partir de 1818, D. João VI), estes militares passaram a ser designados Voluntários Reais d'el Rei.

As tropas de Lecor partiram do Rio de Janeiro em 12 de junho de 1816¹⁰ e, em 20 de janeiro de 1817, após articulações políticas com o Cabildo montevidéano, composto, nesta altura, por figuras de projeção na sociedade local, como o padre Dámaso António Larrañaga, Jerónimo Pío Bianqui, Francisco Llambí e Juan José Durán¹¹, os portugueses entraram na cidade sem disparar um único tiro.

A partir de então, Lecor estabeleceu-se em Montevidéu e iniciava-se governo de coalisão entre os ocupadores e parcelas da sociedade oriental.¹² Concomitantemente, Artigas seguia, no interior, envolto nos conflitos armados contra seus oponentes, resistência que perdurou até 1820, quando, vencido pelas forças de Lecor, o oriental abandonou a província em direção a Entre Rios, hoje território argentino. Após conflitos armados em solo entrerriano com o caudilho local, Ramirez, Artigas exilou-se definitivamente no Paraguai de Francia.¹³

Destaca-se que, ao encerrar-se a atuação político-militar de Artigas, Lecor passava a controlar todo o território oriental. Aparentemente, o general o fazia de maneira relativamente fácil, porém, neste mesmo ano, ocorreu em Portugal advento que viria a ocasionar grandes turbulências no mundo português, a marcar definitivamente o futuro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves¹⁴ e, igualmente, da Banda Oriental: a Revolução Liberal do Porto.

⁸ Cf. FERREIRA, Fábio. A participação de índios e negros no exército português: o caso da Cisplatina. In: TAVARES, Célia; RIBAS, Rogério. (Org.). *Hierarquias, raça e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

⁹ HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la confederación rosista*, volume III. Buenos Aires: Editorial Piados, 2000.

¹⁰ Fundo Ministério dos Negócios Estrangeros. Legajo 39. Revolução de Montevidéu. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apud: ARCHIVO ARTIGAS, Montevideo: Impremex S.A., 1948, p.2.

¹¹ “Três atas do cabildo de Montevidéu sobre a entrada ali de tropas portuguesas e posse dada ao general Lecor do governo da Praça e capitania”. Localização: 07,4,062. Seção: Manuscrito. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante, BNRJ).

¹² Cf. ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson De La; RODRIGUEZ, Julio Carlos. *La Oligarquia Oriental en la Cisplatina*. Montevidéu: Pueblos Unidos, 1970; FERREIRA, Fábio. A administração Lecor e a Montevidéu portuguesa: 1817 – 1821. In: *Revista Tema Livre*, ed.10, 25 abril 2005. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com> Acesso: em 15 jul 2014.

¹³ Cf. FERREIRA, Fábio. A trajetória política de Artigas: da Revolução de Maio à Província Cisplatina.. In: *Revista Tema Livre*, ed.08, 23 abril 2004. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>, acesso: 15 jul 2014.

¹⁴ O Reino Unido português surgiu no contexto do Congresso de Viena, instalado na referida capital no ano de 1814. Em virtude das negociações diplomáticas que estavam a ocorrer no Velho Mundo, o representante francês em Viena, Talleyrand, sugeriu aos portugueses a ideia de elevar o Brasil à categoria de reino, a colocá-lo em pé de igualdade com Portugal. A medida visava facilitar as ações político-diplomáticas da monarquia lusa na Europa, que mesmo sendo uma dinastia europeia e possuidora de domínios, também, neste continente, encontrava-se sediada em distantes terras do Atlântico Sul. A proposta agradou à chancelaria lusa, que, a partir de certa altura do Congresso, passou a tratar o Brasil

Sobre este movimento, na madrugada de 24 de agosto de 1820, militares portugueses estabelecidos na referida cidade foram para as ruas e, em praça pública, declararam iniciada a revolta e criaram um Conselho Militar. Os membros da organização posicionaram-se favoráveis ao estabelecimento das Cortes e desejavam a elaboração de uma constituição. A ação em Portugal derivava de insatisfações como a permanência de D. João VI no Brasil, além da grave crise econômica que o reino europeu enfrentava, com o decréscimo das atividades ligadas ao comércio, à indústria e à agricultura. Igualmente, havia o aumento da miséria e demasiada influência da Inglaterra nos assuntos de Portugal, ressaltando-se que estas questões geravam desgostos e posicionamentos públicos pela sua resolução havia anos.¹⁵

No primeiro dia de 1821, no Reino do Brasil, mais especificamente no Grão-Pará, houve a primeira manifestação favorável ao movimento iniciado no Porto, que contava com a participação dos militares estacionados na província setentrional. Em 10 de fevereiro foi a vez da Bahia assistir ao levante militar. Em 26 de fevereiro, a guarnição do Rio de Janeiro rebelou-se e obrigou D. João VI a jurar a Constituição que estava a ser elaborada em Lisboa. Em virtude destes fatos, o monarca comprometeu-se a retornar a Portugal e foi-lhe imposto um novo ministério. Para os Negócios Estrangeiros e Guerra foi designado Silvestre Pinheiro Ferreira.¹⁶

A ascensão de Silvestre Pinheiro Ferreira foi utilizada por Lecor e pelos seus aliados orientais como meio de darem continuidade à permanência da coligação luso-montevideana no controle da Banda Oriental. O ministro era contrário à manutenção das forças joaninas na região, a alegar o alto custo financeiro da ocupação e o fato de que a Espanha reivindicava a soberania sobre o território platino, sendo que os liberais portugueses não queriam atritos com Madrid, pois, neste momento, os governos de ambos os reinos ibéricos comungavam com os mesmos ideais.

Neste contexto, D. João VI ordenou, dez dias antes de deixar o seu reino americano, que Lecor realizasse em Montevideu um congresso composto por deputados orientais

como um reino, antes mesmo de qualquer designação oficial de D. João. A este a medida igualmente lhe aprovou, tanto que o príncipe criou, em dezembro de 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

¹⁵ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999; BRANCATO, Braz Augusto Aquino. *Don Pedro I de Brasil, posible rey de España (Una conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: 1807 - 1832*. Viseu: Verbo, 2002; TORRALBA, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. O Liberalismo. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

¹⁶ Idem.

para que se definisse o futuro da ocupação. A partir desta designação, agiram Lecor e Juan José Durán, chefe político da província, para que o citado Congresso votasse pela incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido português. O contato com as atas do Congresso Cisplatino, que estão no Archivo General de La Nación, em Montevideú, permite ao pesquisador constatar que, em 18 de julho de 1821, os congressistas votaram, unanimemente, pela anexação à monarquia lusa. A antiga Província Oriental de Artigas ganhou, então, a designação de Estado Cisplatino Oriental. Além disto, os deputados estabeleceram que Lecor deveria continuar no poder e que o novo Estado teria um representante em Portugal, o advogado oriental Lucas José Obes.¹⁷

Já residindo em Lisboa e insatisfeito com o resultado do Congresso, Silvestre Pinheiro Ferreira ordenou que Lecor abandonasse o Prata e retornasse à Europa. No entanto, o general não obedeceu ao ministro. Seguiu no comando do governo cisplatino. Após o posicionamento lisboeta, a contrariar a decisão do escrutínio montevideano, Obes acabou por representar os orientais no Rio de Janeiro, tendo sido importante articulador dos interesses da coligação liderada por Lecor no Prata junto ao príncipe D. Pedro e a José Bonifácio, bem como dos objetivos deste grupamento de entrelaçar os destinos cisplatinos aos do Brasil, sendo, então, a missão do parlamentar oriental, em solo fluminense, bem-sucedida. Assim, ao longo de 1822, simultaneamente ao contínuo desgaste político das relações entre os governos do Rio e o de Lisboa, várias foram as ações de Obes para ratificar seu posicionamento favorável ao príncipe, coroado Imperador do Brasil em 1º de dezembro do referido ano.

Concomitantemente às articulações de Obes, bem como às reuniões do Congresso Cisplatino e à ascensão do liberalismo no Reino Unido português, a situação política em Montevideú tornava-se cada vez mais tensa. Agravavam-se as relações entre Lecor e os seus subordinados, mais precisamente os Voluntários Reais. Assim, ocorreram vários motins militares na parcela portuguesa das forças de D. João VI no Estado Cisplatino Oriental, questão que a analisar-se no próximo tópico.

¹⁷ Cf. FERREIRA, Fábio. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. (276p.) Dissertação (Mestrado): Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Rio de Janeiro, 2007.

3. Os motins

O primeiro motim do exército português em terras orientais ocorreu em 20 de março de 1821, em consonância com os levantes que eclodiram no Reino do Brasil em adesão ao liberalismo, conforme demonstrado. Os domínios portugueses em todo o globo assistiram a movimentações liberais em relevantes pontos controlados pela monarquia bragantina, como no Porto, Lisboa, Pará, Bahia, Rio de Janeiro e Montevidéu.

No Prata, o líder dos manifestantes foi o coronel António Claudino Pimentel, do 1º Regimento de Infantaria. Por volta da meia-noite, três regimentos que encontravam-se fora de Montevidéu entraram pelo portão da cidade e ocuparam a sua praça. Imediatamente, as tropas que estavam nos quartéis incorporaram-se aos insurgentes. A ação foi feita em total segredo e, deste modo, muitos oficiais que tinham opinião divergente da do grupamento liderado por Pimentel, acabaram, pela surpresa e por serem requeridos pelos revoltosos, a aderir aos rebeldes que, subitamente, controlavam a urbe platina.¹⁸

Os rebelados reclamavam da sua situação de 22 meses sem pagamento do soldo e que, após cinco anos na América, desejavam retornar à Europa, pedindo, assim, ao rei e à nação portuguesa que outros militares os substituíssem no Prata. Protestavam, também, contra decreto que desligava-os do exército português. Além disto, exigiam a presença de Lecor para que o general jurasse a Constituição que viesse a ser redigida em Lisboa.¹⁹

Lecor alegou que não poderia comparecer por estar enfermo. Obteve como resposta que se apresentasse mesmo doente. Mais uma vez usando como justificativa sua saúde, Lecor enviou em seu lugar seu secretário militar, que levava ordem para que as tropas prestassem o juramento da maneira elaborada pelo general. A proposta foi negada e os revoltosos expunham ao secretário que se Lecor não comparecesse iriam nomear outro militar para seu posto. Diante da ameaça, Lecor atendeu aos liberais e compareceu à praça. Comprometeu-se a realizar os pagamentos atrasados, a remetê-los a Portugal, e

¹⁸ LA GACETA DE BUENOS AYRES, nº48. 28 de março de 1821. Acervo da Biblioteca Nacional de Buenos Aires (doravante, BNBA).

¹⁹ Idem.

que obedeceria às Cortes, reconhecendo a Constituição que viesse a ser jurada do outro lado do Atlântico.²⁰

Além disto, como no Porto, os rebelados criaram um Conselho Militar e entregaram sua presidência a Lecor. Os demais membros, oficiais de cada corpo da divisão, foram eleitos pela oficialidade. Uma vez compostos os quadros do supracitado Conselho, Claudino Pimentel foi escolhido por seus pares para ocupar a sua vice-presidência.²¹

A analisar o contexto político oriental e português, bem como a composição do Conselho montevideano, pode-se entender que, provavelmente, se necessário fosse, os rebeldes agiriam, sem qualquer espécie de compromisso com a hierarquia militar, para depor Lecor. Caso este ato ocorresse, automaticamente, o general seria substituído por uma liderança liberal, portanto em sintonia político-ideológica com Lisboa, com Silvestre Pinheiro Ferreira e com a maioria dos Voluntários Reais. Em função da configuração do Conselho, alargava-se, então, a possibilidade de fincar-se, no território oriental, mediante o mínimo erro político de Lecor, a bandeira do liberalismo, assim como esta fora cravada em outras partes do Império português.

Então, neste intenso xadrez político, ao general, a constante ameaça de ser deposto. Sua posição como governante fragilizava-se. Era necessário o mínimo possível de conflitos com seus subordinados. Suas manobras políticas tornavam-se cada vez mais arriscadas e restritas. Lecor necessitava ser cauteloso com suas medidas na gerência do governo oriental e da parcela da organização militar sob sua responsabilidade. A probabilidade dos Voluntários derrubá-lo crescia a partir de múltiplos fatores, desde os de ordem interna ao Estado Cisplatino, referentes à política oriental, como os amotinados terem, com extrema facilidade, um substituto liberal para o posto de Lecor, até situações externas, a englobar o universo luso, como o acirramento dos conflitos que envolviam liberais e absolutistas ou do crescente antagonismo entre os segmentos sociais de maior projeção política nos reinos de Portugal e do Brasil. O poder poderia esvair-se das mãos de Lecor a qualquer momento. Cada vez mais incertos eram o futuro do general, da coligação luso-montevidéana, do governo oriental e do Estado Cisplatino.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

Relatando em suas páginas a insubordinação dos militares de D. João VI, a *Gaceta de Buenos Ayres*, opositora à presença lusa no Prata, estimava que havia, na praça de Montevideu, se reunido 1955 homens, sendo que alguns eram a favor da deportação de Lecor para o Rio de Janeiro. Além disto, o periódico relatava que um oficial português embarcou para Portugal para representar a divisão lusa de Montevideu junto às Cortes.²²

Evidentemente, por uma variedade de características da imprensa à época²³, bem como pela linha editorial do periódico portenho, o número de militares pode ter sido maximizado para fortalecer politicamente setores contrários a Lecor e para desgastar a imagem da administração portuguesa no estuário do Prata. De semelhante modo, afirmar que foi aventada a ideia de expulsar Lecor de Montevideu pode ter sido manobra da *Gaceta* para desgastar, na esfera política, o general. Em suma, independente de serem verdadeiras ou não, as informações do periódico objetivavam atingir e enfraquecer, no âmbito político, aqueles que defendiam a manutenção lusa no espaço platino.

Alguns meses depois, na noite de 23 de julho de 1821, durante o período de realização do Congresso Cisplatino, novos problemas com as tropas portuguesas, mais especificamente com o 2º Regimento de Infantaria. Os militares continuavam a reclamar dos soldos atrasados e expunham o desejo de retornarem a Portugal.²⁴ Para apaziguar a situação, Lecor contraiu um empréstimo forçoso junto ao *vencidario*, na quantia de 50.000 pesos, que seriam pagos pela receita da aduana, bem como decidia-se que 1.200 homens seriam tirados do Prata e levados à Bahia.²⁵

Outra sublevação foi protagonizada pelo 1º Regimento de Infantaria e pelos soldados do Batalhão de Artilharia a pé, na noite de 30 para 31 de dezembro de 1821.

²² Idem.

²³ Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impresos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820–1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005; PIMENTA, João Paulo G. Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo na província Cisplatina (1821-1822). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A editora; Faperj, 2006.

²⁴ Fundo Cisplatina, cx.977, pac.09, doc.01, Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (doravante, ANRJ).

²⁵ Ofício del Conde de Casa Flores a Eusebio Bardaji y Azara. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1821. Archivo Nacional, Madrid. Legajo 5849, nº 655. Apud: DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de un análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

Estes militares foram para a praça de Montevidéu e, assim que soube dos fatos, Lecor foi ao local inquirir-lhes a razão da sublevação. A resposta foi a de que as demandas referentes ao pagamento do soldo e ao retorno a Portugal não foram atendidas. Para solucionar o problema com presteza, para que o dia não amanhecesse e os montevidianos presenciassem a insubordinação, Lecor comprometeu-se a pagar, a cada quinze dias, um mês inteiro, buscando qualquer meio de aumentar a amortização da dívida e que enviaria rapidamente um oficial para suplicar a Lisboa o desejado retorno à Europa.²⁶

O general conseguiu que os militares voltassem para suas respectivas guarnições, porém, isto não impediu que a população da cidade tomasse ciência do levante, informação que fragilizava Lecor no âmbito político, tanto diante dos cisplatinos, quanto dos demais governantes, sejam estes do mundo hispânico, sejam do português. Sobre o retorno dos Voluntários Reais, o general enviou para Portugal militar para tratar do tema junto ao governo lisboeta. Para o pagamento do soldo atrasado, Lecor pediu na própria Cisplatina um empréstimo voluntário.²⁷

Posteriormente, em documento de janeiro de 1822, o general exortou o 1º Regimento de Infantaria e os soldados do Batalhão de Artilharia a pé. Lecor qualificou a insubordinação como antimilitar e expressou que o ato gerava-lhe desgosto. Lembrou-lhes que as Cortes de Lisboa confiara-lhes a guarda do Estado Cisplatino. Por outro lado, enfraquecido militarmente, Lecor não ordenou nenhuma punição aos revoltosos de dezembro, ao contrário, acenou-lhes com a possibilidade da composição política. Mostrou-lhes que a ação do 2º Regimento de Infantaria (ocorrida em julho, durante o Congresso Cisplatino) já tinha sido “quase de todo esquecida” em função da posterior boa conduta dos seus componentes. O general ainda prometeu que estes militares receberiam o seu soldo, que suas solicitações seriam enviadas às Cortes e pediu-lhes que confiassem nele.²⁸

Assim, é provável que através da informação dada referente ao perdão concedido aos rebelados de julho, bem como das promessas que Lecor fez, o general buscava manter sob seu controle os novos insurgentes, a demonstrar que, se tivessem boa conduta, o atrito de dezembro seria esquecido e que estes teriam maior probabilidade de

²⁶ Fundo Cisplatina, cx.977, pac.09, doc.01 e doc.02, ANRJ.

²⁷ Idem.

²⁸ Fundo Cisplatina, cx.977, pac. 09, doc.01, ANRJ.

lograrem suas demandas. Estrategicamente, Lecor movimentava suas peças no conturbado xadrez luso-oriental visando impossibilitar novos levantes e, ainda, atrair para sua base de apoio político os protagonistas do motim do mês anterior. Planejava, então, transformar os oponentes em aliados. O general intentava ao máximo anular qualquer ação por parte dos elementos da organização militar que poderia vir a desgastar-lhe ainda mais. Para que os amotinados alcançassem suas exigências, o enfraquecido Lecor tentava impor-lhes um único preço, o de não proporcionarem novos levantes, a ansiar que estes indivíduos não vinculassem-se a novos motins que, a seu turno, resultariam em mais adversidades para o general.

No entanto, os problemas causados a Lecor pelo exército português não cessou juntamente com o ano de 1821. Logo nos primeiros dias de 1822, mais especificamente em 05 de janeiro, as tropas acantonadas fora dos muros da cidade fizeram suas petições ao general. Para atendê-los, recaiu sobre a população oriental o pagamento de 300.000 pesos, que foram divididos pela Junta da Fazenda, que decidiu a quantia que cada habitante deveria contribuir. Os fundos municipais, mesmo já destinados a outros fins, também foram empregados para alcançar o valor do pagamento.²⁹

Em função do recrudescimento das relações entre Lecor e a parcela dos militares oriundos do Reino de Portugal, em junho de 1822, o general comunicou a D. Pedro sobre a necessidade, em função dos seus acordos com os revoltosos, de enviar os Voluntários que assim o desejassem de volta ao Velho Mundo. Porém, esta medida, aliada ao ordenamento do governo do Rio de Janeiro de que os pernambucanos abandonassem o Estado Cisplatino para retornarem à sua província, fazia com que Lecor alertasse ao príncipe regente que o Estado Cisplatino ficaria desprotegido.³⁰

Verifica-se a fragilidade política, econômica e militar que Lecor enfrentava na missão platina. Ao mesmo tempo que a consumação da retirada dos Voluntários livraria-lo-ia de segmento que causava-lhe problemas e desgastes no âmbito político-militar, com riscos de comprometer a governabilidade na parcela lusa do Prata, por outro lado, a retirada deste grupamento deveria ser feita estrategicamente, para garantir a manutenção do território oriental sob o controle bragantino. O general ressaltou na comunicação com o príncipe que o Estado Cisplatino não poderia ficar desguarnecido, à mercê dos

²⁹ Gazeta do Rio de Janeiro, nº 27, 2 de março de 1822, BNRJ.

³⁰ Fundo Cisplatina, cx.977, pac.14, doc.03, p.7. ANRJ.

governos limítrofes, como Buenos Aires e Entre Rios, belicosos e contrários à permanência portuguesa na região.

Por decreto de 20 de julho de 1822, D. Pedro extinguiu os Voluntários Reais, assim como facilitou o regresso, dos que assim desejavam, para Portugal.³¹ De 23 para 24 de julho de 1822, o 2º Regimento de Infantaria da Divisão de Voluntários Reais pegava em armas, indo para o portão da cidade de Montevideú para reivindicar antigas demandas: o retorno à Europa e o pagamento dos soldos atrasados. Diante da falta de dinheiro em caixa, a solução encontrada por Lecor foi a de contrair um empréstimo de 60.000 pesos. Ajudaram ao general, dentre outros orientais, o estancieiro e congressista de 1821, Tomás García de Zúñiga, que contribuiu com 10.000 pesos, e o comerciante Juanicó, com 2.000.³²

Em agosto, o governo do Rio de Janeiro mandou que Lecor reunisse todas as tropas distribuídas pelo território cisplatino para aumentar a sua força contra os Voluntários. À frente deste contingente Lecor colocou o mesmo Tomás García de Zúñiga, que, por diversos momentos, contribuiu financeiramente para a gestão do militar português.³³ Em ofício datado do dia 14 de agosto, D. Pedro declarou a ilegalidade do Conselho Militar que fora instalado em 1821 em Montevideú. O príncipe regente alegou que este era anárquico, destruía a devida subordinação às autoridades legalmente constituídas e que as suas atitudes, desde a sua instalação até o referido ofício, eram irregulares e criminosas.³⁴

Paralelamente, o Conselho Militar posicionava-se contra o governo fluminense e aos caminhos que as relações Brasil-Portugal estavam a tomar, cada vez mais em direção ao aumento da autonomia americana em relação às Cortes de Lisboa. Além disto, estes militares criticavam o representante cisplatino no Rio de Janeiro, Obes, por ter aderido a D. Pedro.³⁵ Ademais, a ação do príncipe de lançar o Conselho na ilegalidade não foi suficiente para cessar os embates entre este e Lecor. Uma vez aclamado, em 12 de outubro, e coroado, em 01 de dezembro de 1822, na cidade do Rio de Janeiro, Imperador do Brasil, D. Pedro I teve a oposição dos Voluntários, antagonistas, igualmente, de Lecor e do Império que estava a nascer.

³¹ El Argos de Buenos Ayres, nº 72, 28 de setembro de 1822. BNBA.

³² La Gaceta... op.cit. BNBA.

³³ Fundo Cisplatina 977, pac.28, doc.01. ANRJ.

³⁴ El Argos..., op.cit. BNBA.

³⁵ Gazeta do Rio de Janeiro, nº95, 8 de agosto de 1822. BNRJ.

Destaca-se que as rusgas internas e externas levaram o Estado Cisplatino a viver novamente conflitos armados no seu território e, ainda, o agravamento de sua crise política. Encontrava-se, assim, a nova unidade político-administrativa bragantina também à mercê das convulsões políticas do espaço platino³⁶ e do mundo luso-brasileiro.

Além disto, antes mesmo das mencionadas aclamação e coroação, Lecor e seus aliados tiveram, em setembro de 1822, que fugir de Montevideú, em virtude das desgastadas relações deste grupamento com a parcela do exército joanino oriunda de Portugal. Fora da cidade, Lecor posicionou-se claramente ao lado de D. Pedro I. As tropas lusas permaneceram fieis às Cortes de Lisboa e a dominar Montevideú.

Mesmo posterior ao corte temporal do presente artigo, menciona-se, brevemente, que os conflitos entre o grupo de Lecor e os Voluntários Reais permaneceram até 1824, tanto que Montevideú foi o último ponto controlado pelos portugueses nas Américas. Após armistício com o governo imperial, os Voluntários retornaram a Portugal e Lecor estabeleceu o controle brasileiro na cidade, a realizar, em março de 1824, os ritos de aclamação, na capital oriental, de D. Pedro como Imperador. Iniciava-se nova fase nas histórias cisplatina e do Brasil, fase que perdurou até 1828, quando, ao final de uma guerra com portenhos e orientais, criou-se a República Oriental do Uruguai.³⁷

³⁶ Como exemplo da crise política no antigo Vice-Reino platino, João Paulo Pimenta aponta que, em torno de 1820, no território que hoje corresponde à Argentina, existiram várias pequenas repúblicas independentes e com duração efêmera: “Sete repúblicas autônomas são configuradas [no atual território argentino] a partir de 1819: 1) Buenos Aires, com jurisdição sobre o território que se estendia para sul, ocupado ainda na maior parte por indígenas; 2) Santa Fe, com constituição promulgada em 26 de agosto de 1819; 3) Entre Ríos, reunindo Entre Ríos, Corrientes (até 1821) e Misiones, sob a chefia de Francisco Ramírez; 4) Tucumán, reunindo Tucumán, Santiago del Estero e Catamarca [...] com constituição promulgada em 6 de setembro de 1820; 5) Córdoba, reunindo Córdoba e La Rioja, com constituição promulgada em 30 de janeiro de 1821; 6) Cuyo, reunindo Mendoza, San Juan e San Luis, com constituição promulgada em 5 de maio de 1821; e 7) Salta, reunindo Salta e Jujuy, com constituição promulgada em 9 de agosto de 1821. A partir destes sete, outros corpos políticos vão formando-se. As três províncias de Cuyo tornaram-se independentes entre si em janeiro de 1820. La Rioja se separou de Córdoba em agosto de 1820 [...] No mesmo mês, Santiago del Estero desligou-se de Tucumán [...] Corrientes separou-se de Entre Rios em 1821, promulgando a sua constituição em 4 de março de 1822. E finalmente Catamarca, que também se desligou de Tucumán, em agosto de 1821 [...]” (PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002, p.162.)

³⁷ Cf. FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese (Doutorado): Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

4. Conclusões

Assim sendo, primeiramente, verifica-se que os motins das tropas provenientes de Portugal estacionadas no Prata estavam intimamente vinculados às questões externas ao Estado Cisplatino, tais como as disputas de poder entre os governos do Rio de Janeiro e o de Lisboa e à ascensão do liberalismo no mundo português, assim como a fatores internos, como o alinhamento político-ideológico de atores orientais ao liberalismo. Como exemplo, Lecor era favorável ao governo fluminense e os Voluntários Reais às cortes lisboetas.

Rememora-se, também, as agruras dos militares do reino de Portugal de servirem no Novo Mundo além do prazo estabelecido pelas autoridades lusas, logo, longe de casa e dos seus familiares. Conforme demonstrado ao longo do artigo, havia nestes homens o desejo latente de retornarem à Europa. E para tornar ainda mais tenso e desgastado o quadro político cisplatino, os Voluntários encontravam-se, na época dos motins, iniciados em março de 1821, sem receberem seus respectivos soldos, situação que mesmo com a referida sublevação perdurou.

Constata-se, portanto, que os assuntos de ordem político-ideológico e, também, os rumos e desejos daqueles que controlavam as unidades político-administrativas de então, sendo, no caso estudado, os Reinos de Portugal e do Brasil e o Estado Cisplatino Oriental, interferiam diretamente na organização trabalhada no texto. Assim, ao pesquisar uma organização, é fundamental que o investigador esteja atento ao contexto político que circunda seu objeto de estudo. Deve-se, ainda, ampliar este quadro, ou seja, sem restringir-se ao político, levando-se em consideração a influência de outros fatores sociais, como o econômico e o cultural.

Por outro lado, isto não significa pensar a organização apenas de forma passiva, a receber, unicamente, influências externas. O pesquisador deve considerar o papel que seu objeto tem, em menor ou maior grau, de influenciar a sociedade que o cerca, de agente influenciador dos seus contemporâneos. Segmentos sociais, a administração pública e até mesmo o rumo de nações podem vir a ser influenciados por uma ou várias organizações, seja através da coalização destas, seja por meio dos conflitos que podem permear as relações organizacionais, interna ou externamente. Do mesmo modo, não pode-se esquecer o poder de ação de seus dirigentes em influenciar a sociedade em que estão inseridos, agindo estes, também, muitas das vezes, não apenas na defesa dos

interesses organizacionais, mas no de reduzida parcela de seus membros ou até mesmo em prol de interesses particulares.

A retomar o caso específico do exército de D. João VI, apesar da distância geográfica de áreas como o Pará, Porto e Lisboa, vários membros desta organização em Montevideu encontravam-se em sintonia com o que seus pares demandavam em outras partes dos domínios da Casa de Bragança: uma constituição e a instalação do regime liberal. Mesmo com as especificidades de cada região e das forças militares aí situadas, a referida instituição possuía em seus quadros indivíduos que, mesmo espalhados pelo globo, ao longo do Império luso, possuíam certo grau de coesão no âmbito político-ideológico. No caso, seus componentes, não necessariamente a sua totalidade, eram contrários ao Antigo Regime e favoráveis à doutrina liberal.

Além disto, reconstitui-se, através dos levantes e das reivindicações ocorridas em Montevideu, as vozes destes militares que sublevaram-se. Estes atos permitiram registros de suas demandas, seja na oposicionista imprensa portenha, seja na documentação produzida pela administração Lecor. Tais apontamentos permitem ao pesquisador, na atualidade, a reconstrução, ao menos parcial, dos motins, do discurso político de seus principais atores e antagonistas e o entendimento de que uma organização, no caso, o exército joanino, não era um bloco monolítico. A partir do Prata, verifica-se que os diversos componentes da organização analisada possuíam múltiplos entendimentos da realidade e uma variedade de estratégias e posicionamentos políticos frente aos acontecimentos de então para que seus projetos lograssem êxito.

Por fim, verifica-se, com os levantes analisados, em consonância com vasta bibliografia referente à Nova História Militar³⁸, que os exércitos fogem, inúmeras vezes, do lugar comum que a sociedade atribui-lhes, bem como da imagem que esta organização busca construir para si: local de rígido respeito à hierarquia entre seus

³⁸ Cf. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; Kraay, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder local e autoridade nas conquistas: considerações acerca da atuação dos Corpos de Ordenanças no contexto do Império Português. In: *Revista Tema Livre*, ed.12, 25 abril 2007. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com> acesso: 15 jul 2014; IZECKSOHN, Vítor. Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. In: *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7Letras, n.6, mar. 2003; PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992; SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a formação do Império brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Rio de Janeiro, 2004.

componentes, extrema disciplina e subordinação aos superiores, tropas com os soldos em dia e com unísono posicionamento político. Assim sendo, os dados empíricos revelam a multiplicidade de possibilidades de posicionamentos, externos e internos, das organizações militares.

Fontes

Uruguai

Archivo General de la Nación – Montevideú

ACTAS DEL CONGRESSO CISPLATINO. Montevideú, 1821. Archivo General de la Nación.

Argentina

Biblioteca Nacional – Buenos Aires

EL ARGOS DE BUENOS AIRES. Diversos números: 1821–1822.

LA GACETA DE BUENOS AYRES. Diversos números: 1821–1822.

Brasil

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Fundo: Coleção Cisplatina. Caixas 975-979.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Diversos números: 1821-1822. Seção Periódicos.

Fontes primárias impressas

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*, v.-XVI-XXIX. (1816-1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Brasiliense, 2002.

Fontes secundárias

ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica general del Uruguay*, vol. 3. Montevidéo: Banda Oriental, 1999.

BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Bases económicas de la revolución artiguista*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independência y la república caudillesca*. Historia Uruguay, t.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

DUARTE. Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina: 1816-1828*. 3v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson De La; RODRIGUEZ, Julio Carlos. *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1970.

FERREIRA, Fábio. A administração Lecor e a Montevidéo portuguesa: 1817 – 1821. In: *Revista Tema Livre*, ed.10, 25 abril 2005. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>. Acesso em 15 jul 2014.

_____. Comerciantes e estancieiros: a participação dos segmentos econômicos orientais na expansão da fronteira luso-brasileira em direção ao Prata. In: 1er Congreso Latinoamericano de Historia Económica 4as Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2007, Montevidéo. *Anais [CD-ROOM] do 1er Congreso Latinoamericano de Historia Económica 4as Jornadas Uruguayas de Historia Económica*. Montevidéo, 2007.

_____. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Rio de Janeiro, 2007.

_____. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF): Niterói, 2012.

FREGA, Ana. *Pueblos y Soberanía en la revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la confederación rosista*, volume III. Buenos Aires: Editorial Piados, 2000.

KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril; WEIHRICH, Heinz. *Administração: fundamentos da teoria e da ciência*. São Paulo: Pioneira, 1986.

LODI, João Bosco. *História da Administração*. São Paulo: Pioneira, 1984.

LOPES, Sérgio. Organizações e Sociedade. *Análise Social*, Lisboa, v. VIII, nº 32, p. 618-645, set. 1970.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

NARANCIO, Edmundo M. *La Independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. As Fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira. In: *Revista Tema Livre*, ed.12, 25 abril 2007. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com> Acesso em 15 jul 2014.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: 1807 - 1832*. Viseu: Verbo, 2002.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. O Liberalismo. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Artículo recibido: 25 de agosto de 2015

Artículo aprobado: octubre de 2015

Artículo publicado: diciembre de 2015